ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPRC – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, realizada aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, as quinze horas na Sede do Instituto do IPRC, com a presença do Superintendente, Senhor Lineu Vianna de Oliveira, Presidente Gesner Lino de Oliveira e demais conselheiros Jader Cervezan, Luciana de Lourdes dos Santos (secretária), Neide Heloisa Outeiro Pinto e Diego Reis. Sandra Tinós e Alexandre J. Maximiano justificaram ausências. Pauta: aprovação da ata de 15/05/24 e retificação data ata de março com a troca da palavra Zoonose por Departamento de Proteção de Animais, recados do superintendente - aplicações, informações sobre a mudança para nova sede, visita ao instituto de Leme, compra de um novo veículo, resultado do curso de formação financeira para os conselheiros, balancete de março/2024, balancete anual de 2023 e outros assuntos necessários em acordo entre os presentes. As atas foram apresentadas e assinadas, na sequência montamos o calendário para as reuniões ordinárias do segundo semestre, ficando sempre às 9 horas: 24/07, 28/08, 25/09, 23/10, 27/11 e 18/12. Em relação ao curso de formação financeira para os conselheiros, foi avaliado de forma positiva e a obrigatoriedade da prova de certificação é para os novos conselheiros e, até o fim do ano de 2024, pode ser feito no nível básico, após este período devido o instituto estar entre os de grandes portes, a prova deverá ser de nível intermediário ou avançado. O Superintendente apresentará na próxima reunião os locais para realizar as provas. Sobre os repasses dos servidores eles estão todos em dia, a rentabilidade até maio bateu a meta, mas até a presente data/junho, está negativa. Em relação aos patronais em atraso, a Fundação do Saúde já solicitou o parcelamento que foi autorizado por este conselho dentro da legislação e o mesmo está em andamento na Câmara Municipal, estamos no aguardo da manifestação ou pagamento da parte da Prefeitura. Também foi aplicado mais 30 milhões em fundo vértice para 2026, 2028 e 2030 com rentabilidade IPVA + 6,15%. Em relação ao mercado financeiro, o mesmo vem oscilando nos últimos dias devido ao problema do governo com os juros, segundo o Superintendente Lineu, as instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperam pela manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 10,5% ao ano, nesta semana e o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reuniu-se para definir os juros básicos da economia. O Copom reduziu a taxa pela sétima vez consecutiva, para 10,5% ao ano, no entanto, a velocidade do corte diminuiu e, de agosto do ano passado até março deste ano, o mesmo tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Nesta última vez, a redução foi de 0,25 ponto percentual e, em meio a um cenário desafiador do que o previsto anteriormente, não previram novos cortes na taxa Selic. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 10,5% ao ano. Lineu também explicou que a Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação e quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. Outro problema que está ocorrendo e que vem gerando oscilações no mercado financeiro é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que sua indicação para presidir o Banco Central (o mandato do atual, Roberto Campos Neto, termina no fim do ano) será uma pessoa séria, comprometida com o controle da inflação e o crescimento do País, gerando especulações. Mesmo diante a este cenário, o Superintende Lineu explicou que com base no Índice de Situação Previdenciária (ISP), do Ministério da Previdência Social, o instituto Rio Claro foi elevado à categoria de municípios de grande porte ao lado de grandes municípios, entre os 101 melhores. Isso se deve pela suficiência financeira, acumulação de recursos e cobertura de compromissos previdenciários e mesmo sem termos o Pró-Gestão. Ele explicou que os indicadores medem o índice de governança dentro do sistema de Regimes Próprios e compara as posições entre cidades e Estados do mesmo porte e, Rio Claro, cumpre os requisitos de boa gestão no

Instituto, equilíbrio financeiro e atuarial, quantidade de segurados além de normas gerais aplicáveis ao regime. O Ministério da Previdência Social orienta, fiscaliza, supervisiona e acompanha os RPPS, devido a isso ele, Superintendente, pensa em aderir mais adiante ao pró-gestão. A pedido do Superintendente e em atendimento ao Tribunal de Contas do estado de São Paulo, este conselho recebeu o fechamento anual 2023 do Conselho Fiscal e deliberou com base no mesmo e nos balancetes mensais de 2023, pela **APROVAÇÃO COM RESSALVAS.** Conforme parecer final: **"Justificativa/apontamentos: as despesas foram comprovadas e coerentes com o andamento do Instituto; o patrimônio aumentou em 13,15%, acima da meta prevista de 9,63%; os retornos dos investimentos foram de R$59.850.824,67; os repasses previstos em legislação dos servidores e patronais foram efetuados corretamente até o mês de agosto, assim como as parcelas dos contratos negociados, todavia, após o referido mês, ocorreram pagamentos em atrasos e outros que passaram para o ano subsequente, conforme demonstrativos mensais; o fundo renda variável GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA, rendeu negativo nos meses de janeiro e fevereiro; está ausente na carteira apresentada pela assessoria Crédito & Mercado o FI EM PARTICIPAÇÕES FP2 – ROMA."** Na sequência, fizemos ao balancete mensal de março de 2024, o qual **APROVAMOS COM RESSALVAS: "O Conselho após verificar os apontamentos do balancete examinado pelo Conselho Fiscal, acatar e estudar seus apontamentos, sanando as dúvidas em relação aos mesmos junto ao departamento contábil do instituto, deliberou pela aprovação com ressalva do balancete em suas despesas e receitas devido à ausência do pagamento do patronal da Prefeitura e da Fundação Municipal de Saúde dos meses de setembro/2023 a março/2024, demais repasses e pagamentos devidos foram realizados. Notifica que no referido mês o instituto teve um retorno positivo de R$2.918.383,71 em renda fixa e variável e a meta prevista e fechada, coincidiu em 0,54%. O total acumulado nos investimentos somaram R$543.712.142,17".** A reunião que teve início às 15hs foi encerrada às 16h10min na qual foi lavrada a presente ata, que será objeto de leitura e aprovação por e-mail até a próxima reunião, sendo assinada por mim, Luciana de Lourdes dos Santos, Secretária do Conselho e, demais membros, enviada para publicação.